

## EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: DESAFIOS PARA A DESCONSTRUÇÃO DE CONCEPÇÕES CAPACITISTAS NO ENSINO DE GENÉTICA

1

Felipe Zata Coutinho<sup>2</sup>  
Fernanda Bassoli Rosa<sup>3</sup>  
Henrique Migliorini Claudino<sup>4</sup>  
Natália Medeiros da Silva<sup>5</sup>  
Cláudia Avellar Freitas<sup>6</sup>

### RESUMO

A Educação Inclusiva tem se desenvolvido nos últimos anos tendo foco na transformação das Práticas Pedagógicas e das Políticas Públicas no Brasil, cuja consolidação ainda enfrenta diversos obstáculos. Este trabalho propõe uma reflexão sobre uma experiência voltada à Educação Inclusiva e à desconstrução de concepções capacitistas no Ensino de Ciências, especificamente na abordagem do conteúdo de Genética. O estudo da hereditariedade e das variações genéticas, frequentemente, sustenta discursos normativos que naturalizam o preconceito, tratando síndromes genéticas como anomalias, sem uma abordagem crítica e inclusiva. Por meio de uma atividade realizada em um Colégio de Aplicação, no interior de Minas Gerais, foi desenvolvida uma proposta de estudo de cariótipos com três turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, visando à investigação de aneuploidias humanas. Além dos relatos dos estudantes, foram registrados depoimentos dos bolsistas e da professora supervisora. A vivência evidenciou o uso recorrente de terminologias inadequadas nas fontes consultadas pelos alunos, mesmo em sites considerados confiáveis e amplamente utilizados que reproduzem discursos discriminatórios e biologizantes em seus textos. A experiência aponta para a necessidade de repensar o Ensino de Genética, considerando seus impactos sociais e educacionais. A partir da trajetória como educadores em formação e enquanto participantes de um projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), compreendemos a importância de práticas pedagógicas que reconheçam a heterogeneidade como aspecto essencial da sociedade e um passo fundamental para uma educação verdadeiramente inclusiva.

1 Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), [felipezata@gmail.com](mailto:felipezata@gmail.com);

2 Professora do Departamento de Ciências Naturais do Colégio de Aplicação da UFJF, Professora Supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), [fernanda.bassoli@ufjf.br](mailto:fernanda.bassoli@ufjf.br);

3 Graduando pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), [henriquemigliorini90@gmail.com](mailto:henriquemigliorini90@gmail.com);

4 Graduanda pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), [nataliamsd66@gmail.com](mailto:nataliamsd66@gmail.com);

5 Professora da Faculdade de Educação da UFJF, Coordenadora de Área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), [claudia.avellar@gmail.com](mailto:claudia.avellar@gmail.com).

6 Este relato de experiência é resultado do Projeto Interdisciplinar de Biologia, Química e Física do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).





**Palavras-chave:** Ensino de Ciências, Ensino de Genética, Educação Inclusiva, Capacitismo, PIBID.

## INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é uma ação política que busca continuamente sustentar a prerrogativa do acesso à educação para todos os estudantes, não incorrendo à discriminação ou exclusão de nenhuma natureza, ao passo que busca romper barreiras que inviabilizem a permanência, a aprendizagem e o acolhimento à diversidade (Mantoan, 2006). As pessoas com deficiência (PCD) e que disponham de necessidades educacionais especiais estão ancoradas pela Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) que defende a reorganização dos sistemas de ensino para combater práticas excludentes dentro das escolas regulares.

No que tange à legislação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9394/96 regulamenta a Educação Especial ao apresentar, em seu art. 58, a obrigatoriedade do oferecimento da Educação Especial na rede regular de ensino, sendo de tarefa da instituição educacional a providência de serviços de apoio específico, quando necessário. Observamos duas consequências importantes da publicação da LDB: uma é a obrigatoriedade da Educação Especial ser realizada na escola; outra é a possibilidade que de crianças PCD sejam matriculadas no Ensino Fundamental regular. Com isso, constatamos um crescimento significativo no número de estudantes com necessidades educacionais especiais inseridos no ambiente escolar regularmente, o que reforça a relevância da efetivação da Educação Inclusiva prevista por essa lei (Paluch; Borges-Paluch, 2020).

O crescimento supracitado determina não apenas a conquista de direitos historicamente negados a essas pessoas, mas também a importância de adaptação das instituições de ensino para atender à diversidade do público escolar, certificando-se de oferecer recursos de apoio e estratégias pedagógicas que possibilitem a plena participação e aprendizagem desses estudantes. Em parâmetros estatísticos, dados extraídos do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que o número de matrículas na Educação Especial no Brasil atingiu 2,1 milhões de estudantes, representando um aumento de 17,2% em relação ao ano anterior (Brasil, 2023). Esse crescimento reflete uma tendência positiva na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino.





Segundo Glat e Blanco (2007), a educação inclusiva demanda a implementação de um modelo escolar renovado, no qual práticas que historicamente promovem a exclusão são substituídas por estratégias voltadas à eliminação das barreiras que comprometem o processo de aprendizagem. Ainda, conforme Regiani e Mól (2013), a inclusão de estudantes no sistema educacional demanda não apenas adequações estruturais e comportamentais, mas também a implementação de estratégias pedagógicas voltadas à superação de obstáculos, principalmente o preconceito.

Nesse contexto, a abordagem de conteúdos relacionados à Genética no ambiente escolar oferece uma oportunidade singular de promover a inclusão social, ao permitir que os estudantes compreendam os mecanismos que oportunizam a diversidade biológica. Por meio da recombinação genética na reprodução sexuada é possível entender como as diferenças entre os organismos surgem, se mantêm e como as espécies evoluem. Esse conhecimento não apenas enriquece a compreensão científica dos alunos, mas também favorece a valorização da diversidade, estimulando uma postura de respeito e equidade no convívio escolar com as diferenças fenotípicas. Como ressalta Costa (2025, p. 9):

A Genética e a Evolução são os ramos da Biologia que estudam a hereditariedade e os mecanismos que geram e mantêm, aumentam ou reduzem a diversidade. A variação hereditária ocorre por meio de mutações, mas as diferentes combinações de alelos são decorrentes da meiose, que gera os gametas em grande número de seres vivos. Fatores evolutivos, que incluem variação genética, características reprodutivas, variações de fluxo gênico e seleção natural, são responsáveis pela formação e manutenção da diversidade biológica.

Embora seja reconhecida a importância de se discutir a relação entre a variabilidade genética e a evolução, a experiência de Ensino de Genética que aqui apresentamos, envolveu ferramentas de busca ou pesquisa na internet que retornaram dados de diversos meios de divulgação científica — incluindo *websites* de hospitais de grande renome nacional e livros didáticos, os quais ainda utilizam terminologias de cunho capacitista para se referir a alterações cromossômicas, denominadas aneuploidias, empregando expressões como “mongolismo” e “aberrações cromossômicas”. Tal constatação evidencia uma divergência significativa em relação às legislações vigentes, às políticas públicas e aos princípios de uma pedagogia inclusiva, apontando para a necessidade de revisão e atualização das práticas



comunicacionais e educacionais no contexto da genética e da saúde. Andrade, em suas palavras:

A lógica capacitista se configura como uma mentalidade que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho quanto para, até mesmo, cuidar da própria vida e tomar as próprias decisões enquanto sujeito autônomo e independente. Tudo isso porque, culturalmente, construiu-se um ideal de corpo funcional tido como normal para a raça humana, do qual, portanto, quem foge é tido, consciente ou inconscientemente, como menos humano (ANDRADE, 2015, p. 3).

Os modelos de saúde influenciam as concepções e práticas individuais e coletivas, com consequências para os modos e métodos de se ensinar e aprender sobre saúde (Conrado, 2021). Baseado na premissa de que saúde é meramente a ausência de doença, o modelo biomédico entende o indivíduo saudável como aquele cujo corpo funciona de maneira biológica e organicamente "normal", isto é, dentro dos padrões estatísticos aceitáveis para sua idade (Boorse, 1975; 1977).

Segundo Sarmento e colaboradores (2010), a abordagem das variações cromossômicas é baseada no modelo biomédico que frequentemente trata-as como doenças que demandam intervenção corretiva. Essa perspectiva contribui para a estigmatização e marginalização dos indivíduos, configurando-os como casos a serem evitados, em detrimento de reconhecer sua diversidade biológica e social. Nesse sentido, destaca-se a importância de promover a inclusão de pessoas com deficiência decorrente de condições genéticas, enfatizando que a falta de compreensão e de investimentos adequados contribui para sua exclusão e reforça a necessidade de uma abordagem mais ampla e inclusiva (Fontinele *et al.*, 2015). Tal reflexão evidencia a urgência de práticas pautadas no respeito à dignidade humana, à diversidade e à promoção da equidade no acesso à saúde e à educação.

Alguns sites de referência em saúde e genética ainda reproduzem linguagem capacitista ao abordar condições genéticas, não apenas no Brasil, como também no exterior. Por exemplo, a Sociedade Portuguesa de Medicina Reprodutiva (SPMR) utiliza a expressão "defeitos genéticos" ao se referir às consequências das aneuploidias, como na síndrome de Turner, reforçando concepções negativas e estigmatizantes sobre indivíduos com essas condições:

A aneuploidia é um tipo de anomalia cromossômica. É caracterizada por um número anormal de cromossomas numa dada célula, isto é, o



cariótipo de uma dada célula pode ter cromossomas a mais ou estar algum dos cromossomas em falta e não ser o normal (22 pares + cromossomas sexuais). A aneuploidia pode ser causa de erros na divisão celular (meiose) e pode levar a consequências como os conhecidos defeitos genéticos. Das aneuploidias mais conhecidas, salientam-se as trissomias, como por exemplo a trissomia do cromossoma 21 (conhecida como o Síndrome de Down) e as monossomias, como o Síndrome de Turner, em que falta um dos cromossomas sexuais. No caso dos gâmetas femininos, as aneuploidias podem levar a infertilidade, a abortos e defeitos no recém-nascido. (SOCIEDADE PORTUGUESA DE MEDICINA REPRODUTIVA, 2024, p. 1, grifos nossos).

Esse tipo de terminologia contribui para a perpetuação de estigmas sociais e pode influenciar a percepção pública e profissional sobre a diversidade genética, reforçando a necessidade de práticas comunicativas mais inclusivas e respeitosas. Sobretudo, ainda mostra que, para além de uma problemática nacional, há de ser discutida a linguagem capacitista em um contexto global, uma vez que as “gramáticas patologizantes da deficiência, a partir do desvio a uma corponormatividade estabelecida” (Campbell, 2001; Moreira *et al.*, 2022; Alves, 2024, p. 155) fortalecem discursos de ódio e preconceito na sociedade.

A partir da perspectiva de educação inclusiva defendida anteriormente, elaboramos uma sequência didática (SD) voltada para o Ensino de Genética, destinada a turmas do 9º ano do Ensino Fundamental de um Colégio de Aplicação da cidade de Juiz de Fora - MG, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Neste relato, apresentaremos detalhadamente apenas duas partes dessa sequência, que contemplaram atividades voltadas à compreensão da diversidade genética e à reflexão sobre inclusão social, quais sejam: i) a análise de cariótipos humanos, incluindo casos de aneuploidias, com o objetivo de familiarizar os estudantes com variações cromossômicas; e ii) a realização de uma roda de conversa centrada na inclusão, tomando como foco a valorização e o respeito às pessoas com diferentes condições genéticas, estimulando o desenvolvimento de atitudes empáticas e reflexivas frente à diversidade.

## METODOLOGIA

Este relato de experiência descreve a realização de uma sequência didática (SD) planejada para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAp-UFJF) – MG sobre genética. A SD foi preparada





e desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que teve como objetivo investigar aneuploidias humanas e o uso de terminologias capacitistas. A SD visou, também, problematizar estas ocorrências à luz de práticas pedagógicas inclusivas no Ensino de Genética e fundamenta-se na perspectiva de educação inclusiva, conforme defendido por autores como Mantoan (2003) e Mendes (2010), que enfatizam a importância de práticas educativas que respeitem e valorizem a diversidade dos alunos.

A SD foi estruturada com base em uma proposta de Machado e Bassoli (2025), partindo da divisão dos estudantes em 10 grupos, cada um composto por 4 a 6 alunos, para realização de duas atividades principais: (i) análise de cariótipos humanos, incluindo casos de aneuploidias, e (ii) realização de uma roda de conversa centrada na inclusão social.

A primeira atividade consistiu no modelo didático de Sarmiento *et al.* (2020), que sugerem a montagem manual de cariótipos como estratégia pedagógica para a compreensão de variações cromossômicas. Cada grupo recebeu imagens de cariótipos humanos acompanhadas de uma folha de instruções, na qual estavam descritas as orientações para identificar os pares cromossômicos, diferenciar cromossomos sexuais e autossômicos e discutir possíveis implicações biológicas das variações observadas.

A segunda atividade consistiu em uma roda de conversa inspirada na abordagem de Ensino por Investigação, conforme Mortimer e Scott (2003), que enfatizam a importância da interação e da reflexão coletiva na construção do conhecimento. Durante a roda, os estudantes foram convidados a refletir sobre a diversidade genética e suas implicações sociais, discutindo temas como empatia, respeito e inclusão.

As atividades foram conduzidas pelos bolsistas do PIBID, com acompanhamento e mediação da professora supervisora. A avaliação do processo de ensino-aprendizagem ocorreu por meio de observações, registros de campo e análise das produções dos alunos, visando identificar a efetividade das práticas pedagógicas na promoção da compreensão científica e da reflexão sobre a inclusão social.





## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo baseiam-se nas observações realizadas durante as rodas de conversa que sucederam as práticas desenvolvidas pelos alunos acerca de diferentes aneuploidias genéticas. A análise dos relatos e apresentações permitiram identificar aspectos significativos sobre o modo como o capacitismo ainda se manifesta, de forma naturalizada, no discurso, nas práticas escolares e nos espaços virtuais.

O termo capacitismo é relativamente recente na sociedade e indica atos de discriminação ou violência contra pessoas com deficiência — sejam elas físicas, verbais, sensoriais e/ou expressos pela falta de inclusão e acessibilidade em espaços comuns, como escolas (Souza, 2021). De acordo com Gesser *et al.* (2023), os preconceitos gerados a partir do capacitismo são resultados de um pensamento eugenista, que reduz a pessoa a sua deficiência e reforça a ideia de que ela é um problema individual ou familiar, isentando as políticas públicas de responsabilidades sobre a inclusão.

À luz dessas reflexões, torna-se premente a necessidade de combater manifestações capacitistas no ambiente escolar, uma vez que, entre as turmas do 9º ano do CAp-UFJF, há estudantes que vivenciam ou já vivenciaram situações de discriminação dessa natureza em seus mais diversos cenários. Verificou-se que a maioria dos grupos de alunos (7 em 10) utilizou termos considerados capacitistas ao descrever as síndromes estudadas. As expressões mais recorrentes remetiam a palavras como “doenças”, “anomalias” e “problemas mentais”, revelando uma associação entre deficiência e patologia — dado que evidencia a permanência de uma linguagem médica e excludente, reforçando estigmas sociais que limitam a compreensão da deficiência como uma condição humana e não como uma situação atípica.

Durante a discussão, observou-se que os principais sites utilizados nas pesquisas foram o Portal Merck Sharp & Dohme (MSD Manual) e o Hospital Israelita Albert Einstein que, embora sejam fontes reconhecidas e confiáveis do ponto de vista médico, apresentaram textos com conotações capacitistas. Esse fato evidencia a importância de uma leitura crítica das fontes e demonstra que a utilização de fontes científicas não garante uma linguagem inclusiva e acessível, cabendo ao professor o papel de mediar criticamente o conteúdo disponível na internet.

Durante as apresentações, foram observados exemplos concretos de expressões capacitistas, como no caso da Síndrome de Turner, em que foi utilizado o termo “loucura” de

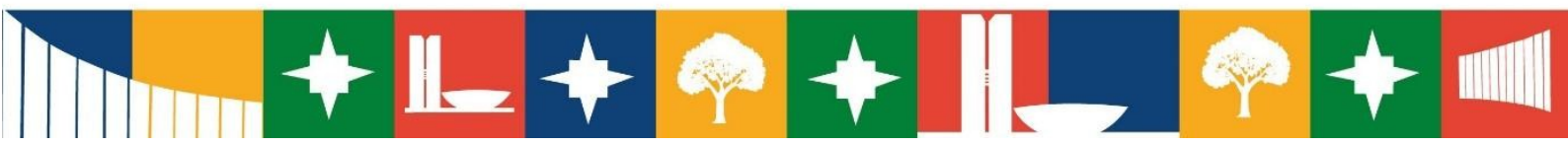
forma pejorativa. Em outro grupo, ao tratar da Síndrome de Down, houve risadas e deboches associados à palavra “mongoloide”, além de comentários sobre uma influenciadora com a condição, descrita como “muito engraçada” — reforçando o estereótipo de que PCD’s tendem a serem mais aceitos socialmente, quando cumprem papéis cômicos ou inspiradores. Na Síndrome de Jacobs, surgiram expressões como “problemas no comportamento”, enquanto nas Síndrome de Patau e Edwards, foram utilizados pelos estudantes termos como “anomalia”, “defeito” e “problema mental”. Estas expressões foram problematizadas pela docente e os participantes do PIBID.

Por outro lado, registrou-se um momento positivo em que uma aluna corrigiu o uso de “doença genética” proferido por um outro colega de classe para “condição genética”, demonstrando apropriação crítica dos conceitos discutidos em aula. Outro resultado relevante foi a ampla participação dos alunos que, nessa turma, não estavam se envolvendo em atividades orais, indicando que o tema da inclusão despertou interesse e engajamento. Segundo Melo (2014), a roda de conversa configura-se como um espaço de diálogo e interação, capaz de ampliar as percepções sobre o tema abordado, favorecendo a autocorreção e o reconhecimento espontâneo de termos inadequados — o que evidencia o potencial educativo das discussões mediadas e reflexivas sobre linguagem e inclusão.

Essas interações favoreceram a consolidação de conceitos científicos e sociais ensinados aos estudantes do nono ano, demonstrando que a abordagem crítica sobre capacitismo pode ser uma estratégia eficaz para o Ensino de Genética. De modo geral, os resultados indicam que o uso de uma linguagem capacitista ainda é recorrente entre os estudantes, refletindo práticas sociais mais amplas. Entretanto, as rodas de conversa apresentaram-se como um espaço potente de reconstrução do discurso e da prática pedagógica, promovendo a reflexão sobre a responsabilidade do educador e do aluno na desconstrução de estereótipos. Assim, reforça-se a necessidade de uma educação científica inclusiva, que não apenas transmita conteúdos, mas também promova o respeito à diversidade e a valorização das diferentes formas de ser e existir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste estudo evidencia que a efetivação de uma educação inclusiva demanda mais do que a implementação de políticas públicas ou o cumprimento de







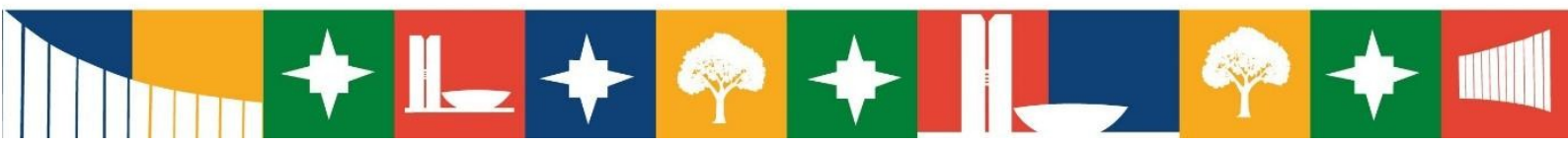
legislações: requer uma postura pedagógica consciente, crítica e comprometida com a valorização da diversidade humana. No contexto do Ensino de Genética, essa premissa adquire especial relevância, pois o conteúdo, quando trabalhado sem reflexão ética e social, pode inadvertidamente reforçar concepções deterministas e excludentes sobre corpo, hereditariedade e diversidade. Assim, o enfrentamento das práticas capacitistas deve ser entendido como parte integrante do processo educativo, e não como uma ação paralela ou pontual.

A partir das vivências no CAP-UFJF e das análises teóricas desenvolvidas, constatou-se que o capacitismo ainda se manifesta nas sutilezas do cotidiano escolar. Tanto nas relações entre estudantes quanto nas práticas docentes observa-se a reprodução, por vezes inconsciente, de modelos normativos de desempenho e aprendizagem. Nesse contexto, a experiência reforça a urgência de repensar o Ensino de Genética como um campo capaz de fomentar discussões críticas sobre a diversidade biológica. Essa abordagem contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, mas também para a formação ética e cidadã, ampliando o alcance social da ciência.

Entre as principais conclusões, destaca-se a importância da formação docente continuada como elemento essencial para a desconstrução de práticas capacitistas. O professor, ao refletir sobre sua atuação, precisa reconhecer os próprios vieses e buscar estratégias pedagógicas que considerem as particularidades dos alunos. Essa perspectiva implica o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, metodologias participativas e avaliações diversificadas, capazes de valorizar múltiplas formas de ser.

As reflexões aqui apresentadas podem ser aplicadas em contextos educacionais diversos, contribuindo para o aprimoramento de práticas inclusivas em disciplinas das Ciências Naturais. A articulação do Ensino de Genética à discussão sobre diversidade humana oferece subsídios para projetos de intervenção pedagógica e formação de professores comprometidos com a equidade. Além disso, essa experiência pode inspirar outras investigações sobre como diferentes áreas do conhecimento podem colaborar para a construção de ambientes escolares mais acessíveis, éticos e críticos.

Por fim, reconhece-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem o diálogo entre Educação Inclusiva e práticas pedagógicas no Ensino de Ciências e Biologia. Investigações futuras poderão explorar, por exemplo, como concepções sobre herança





genética influenciam as percepções dos estudantes acerca da deficiência e da diferença. Assim, este estudo pretende não apenas contribuir com a comunidade científica no campo da educação inclusiva, mas também suscitar reflexões que fomentem o desenvolvimento de práticas educativas humanizadas, comprometidas com a desconstrução de estigmas e a consolidação de uma escola verdadeiramente democrática e plural.

### AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O estudo também se beneficiou da parceria com o CAP-UFJF, instituição que viabilizou a execução das práticas pedagógicas e o contato direto com o ambiente escolar.

### REFERÊNCIAS

- ALVES, C.B. Direito à educação inclusiva do estudante autista: Disputas em torno de modelos. **Tramas y Redes**, n.6, jun. 2024.
- BOORSE, C. On the distinction between disease and illness. **Philosophy and Public Affairs**, v. 5, n. 1, p. 49-68, 1975.
- BOORSE, Christopher. What a theory of mental health should be. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 1976.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**: Resumo Técnico. Brasília, DF: Inep, 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CAMPBELL, F.A.K. Inciting legal fictions-disability's date with ontology and the ableist body of the law. **Griffith L. Rev.**, v. 42, n. 10, 2001.
- CONRADO, D. M., MARTINS, L., BORGES, M. S., SOUZA, L. C. A. B.; Educar a partir de diferentes modelos de saúde: discutindo bactérias no ensino de ciências. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista-ENCITEC**, v. 11, n. 1, p. 202-218, 2021.
- COSTA, Carla P. **Ensino de Genética e Evolução para a Inclusão Social**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.





DE MELO, M. C. H.; DE CARVALHO CRUZ, G. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

FONTINELE, Delanne Cristina Souza de Sena; SILVA, Ananilia Niedja dos Santos; PEREIRA, Danny Ellen Wanessa Felipe de Almeida; SANTOS, Daniele Bezerra dos; MELO, Silvia Beatriz Fonseca de; LEITE, Anileide Gomes. Doenças genéticas e inclusão escolar no Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Humano Ser**, Natal, v. 1, n. 1, p. 115-130, 2015.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia. Ofensivas capacitistas e o medo de um planeta aleijado: desafios para o ativismo deficiente. **Athenea digital: revista de pensamento e investigação social**, v. 23, n. 2, p. 008-e3310, 2023.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macêdo Varela (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MACHADO, L. B. R., BASSOLI, F.; Genética & inclusão: contribuições para a superação do modelo biomédico na abordagem das aneuploidias humanas. **Revista Ponto de Vista**, v. 14, n. Ed. Esp. 2, p. 01-10, 2025.

MANTOAN, M. T. E.; **Educação inclusiva: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MENDES, E. G.; A educação inclusiva: construindo significados novos para um conceito em construção. **Revista Brasileira de Educação**, 2010.

MOREIRA, M. C. N., DIAS, M. F. S., MELLO, A. G., YORK, S. W.; Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.27, p. 3949-3958, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07402022>. Acesso em: 26 ago. 2024.

NARCISO, R., OLIVEIRA, F. C. N., ALVES, D. L., DUARTE, E. D., MAIA, M. A. S., REZENDE, G. U. M.; Inclusão escolar: desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 713-728, 2024.

PALUCH, I. B.; BORGES-PALUCH, L. R.; Educação para todos: desafios e avanços da inclusão no Brasil. **Revista Eletrônica Internacional de Educação**, 2020.

SARMENTO, G. G. et al. Análise de cariótipos humanos: uma proposta de atividade prática para o ensino de genética. **Genética na Escola**, v. 5, n. 2, p. 45-50, 2010.





SARMENTO, A. S. C.; FONTINELE, D. C. S. S., CAMPOS, J. T. M.; OLIVEIRA, A. H. S. Trabalhando a cariotipagem na sala de aula: análise das principais cromossomopatias. **Revista de Ensino de Bioquímica**, v. 20, n. 1, 2020.

SOUZA, V. C. A. **O capacitismo e seus desdobramentos no ambiente escolar**, 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.

